



**JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA
CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO
CÃOPANHIA DO BEM - Lei 13.019/14**

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Saúde

OSC: Associação Cãopanhia do Bem

CNPJ: nº 19.090.278/0001-25

Objeto: Possibilitar as ações previstas no **Projeto Bem-Estar Animal** através de resgate, socorro e atendimento veterinário de urgência para animais em situação de rua, vítimas de acidentes ou acometidos por doenças, conforme detalhado no plano de trabalho.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da assinatura e publicação do termo de parceria no diário oficial do município.

Valor Global: R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais) a ser repassado em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Dotação orçamentária: **10.302.1003.2103 - 33.50.43.00 - FICHA 509 - FONTE 1.59**

Fundamentação Jurídica: Lei Federal nº13.019/14 e
Decreto Municipal Nº 112/2018

CONSIDERANDO as especificidades da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal regulamentar nº 112/2018 quanto à inexigibilidade do Chamamento Público, respaldado no art. 29, da referida Lei;

CONSIDERANDO que a ASSOCIAÇÃO CÃOPANHIA DO BEM é a ÚNICA Organização da Sociedade Civil, dentro do território municipal, que promove e executa ações ligadas à saúde e proteção de animais abandonados, apta a receber recursos públicos;

CONSIDERANDO que a OSC supramencionada atua voluntariamente em algumas ações do canil municipal;

CONSIDERANDO que a organização da sociedade civil denominada ASSOCIAÇÃO CÃOPANHIA DO BEM é uma entidade beneficente sem fins lucrativos, fundada em 2013, tendo sido reconhecida de utilidade pública municipal por intermédio da Lei Municipal nº 2.092/2014 e que presta assistência aos animais acolhidos no Canil Municipal em situação de rua, com foco em doentes, vítimas de agressões ou acidentes, cadelas prenhes e resgatados de maus tratos e, além disso, utiliza as próprias casas e de colaboradores como lar temporário para a maior parte dos animais diretamente recolhidos pela OSC.

Assim, o Termo de Fomento proposto visa concretizar uma relevante parceria para possibilitar as ações previstas no **Projeto Bem-Estar Animal** através de resgate, socorro e atendimento veterinário de urgência para animais em situação de rua, vítimas de acidentes ou acometidos por doenças, além de vacinação de cães com polivalentes “V8” e aquisição de coleiras repelentes para prevenção de zoonose como leishmaniose. O projeto também visa a produção de material e ações para campanhas de conscientização sobre posse responsável, além de aquisição de ração para cães e gatos e compra de ração para cães e gatos assistidos.

Sugerimos que a parceria seja estabelecida por inexigibilidade de chamamento público tendo em vista que a Lei Federal nº 13.019/2014 prevê, em seu art. 29, que os termos de parcerias que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais, serão celebrados sem chamamento público. Vê-se que o legislador procurou garantir a eficiência e a utilidade, por

meio de inexigibilidade, uma vez que, seja em virtude da natureza singular do objeto do plano de trabalho ou pela viabilidade de concretização das metas por apenas uma entidade específica.

Diante o exposto, entendemos haver justificativa válida, idônea e de interesse público para a celebração de **Termo de Fomento por Inexigibilidade de Chamamento Público**, com base jurídica supracitada, haja vista tratar-se de parceria com a única organização da sociedade civil sediada no Município de João Monlevade, com documentação regular e apta a executar ações ligadas à saúde e proteção de animais abandonados. João Monlevade, 04 de julho de 2022.

Raquel de Souza Paiva Drumond

Secretária Municipal de Saúde

Fica autorizada a celebração do Termo de Fomento com a OSC citada acima, desde que atendidos os termos da Lei. A justificativa e homologação deverão ser disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial do Município, como forma de atender o art. 29, da Lei Federal nº 13.019/2014. O extrato do Termo de Fomento, após o cumprimento dos prazos, deverá ser publicado no Diário Oficial do Município, para que o mesmo tenha eficácia e ser disponibilizado no site da prefeitura para consulta pública.

Laércio José Ribeiro

Prefeito Municipal